

## Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

### ATA Nº 19

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, em reunião Ordinária, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – **Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória;** -----
- 2 – **Apreciação e Votação do Regulamento de captação e de transmissão das reuniões da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória;** -----
- 3 – **Análise e discussão da criação “Marca Porto Histórico” pelo Executivo da Junta de Freguesia;** -----
- 4 – **Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias;** -----
- 5 – **Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida na Autarquia relativa ao período de 1 de janeiro a 31 de março;** -----
- 6 – **Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2022.** -----

1

**Verificaram-se as seguintes presenças:** -----

**Aqui há Porto-RM** – Mário José Machado Faria e Almeida Praça, Paulo António Constantino de Sá Pinto, Gianpiero Freire de Zignoni, Alexandre Nuno Azevedo Vieira Pinto, Maria Cristina Vilares Lima Rothes Barbosa Silos de Medeiros e Abel Rodrigues Magalhães. -----

**Partido Socialista** – António Fernando da Silva Oliveira, Sandra Maria Ribeiro Mondim, Abílio Pereira dos Santos e Erica Filipa Fonseca Pacheco Rodrigues. -----

**Partido Social Democrata** – Ernesto Paulo Preto Galego, Ricardo Jorge Loureiro Baptista, Tiago João Peixoto Fonseca e Tiago Filipe Alves Moutinho. -----

**Bloco de Esquerda** – Mário Augusto de Sousa Moutinho e Teresa Marisa Alves Martins. -----

**CDU** – João Duarte Gonçalves e Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

**PAN** – Natacha Gambini Doria Meunier. -----

**Faltas:** -----

**Aqui Há Porto-RM** – Luís Rocha Pires Mendes Godinho, substituído por Paulo António Constantino de Sá Pinto. -----

**PSD** – António Miguel da Costa Cardoso Antunes, substituído por Tiago Filipe Alves Moutinho. Deputados que pediram a substituição e que apresentaram justificação: -----

**Aqui há Porto-RM** – Luís Rocha Pires Mendes Godinho e Natacha Filipa da Silva Santos.

**PSD** – António Miguel da Costa Cardoso Antunes, Nuno Rodrigo Carvalho Fernandes e Inês Pires Moreira. -----



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature and initials:*  
Mário Praça  
QB1

**O Executivo** – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente) e Augusto Artur Saldanha Vogal) -----

**Presidente da AF** – Cumprimentou todos os presentes e deu início à Assembleia. -----

**Mário Praça (1º Sec. da Assembleia)** – Procedeu à leitura do Edital e efetuou a chamada, para confirmar as respetivas presenças. Nesta Assembleia estão presentes 19 Deputados. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que antes de entrarem no Período Antes da Ordem do Dia, pretende que seja feita a aprovação de duas Atas. A primeira referente ao dia seis de janeiro de 2023, Ata de continuação da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de 20/12/2022. Informou quais os Deputados que estiveram presentes e que podem votar. Colocada a votação, a mesma é aprovada por unanimidade das pessoas presentes nessa Assembleia. -----

Foi colocada a votação a Ata nº 15, de 06/01/2023 – Assembleia de Freguesia Extraordinária. Afirmou que estiveram presentes as mesmas pessoas da votação anterior. A mesma foi aprovada por unanimidade das pessoas presentes nessa Assembleia. Informou que os serviços vão colocar as Atas aprovadas no site da Junta como é habitual. Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia. Chegaram à Mesa vários documentos, como uma Moção da CDU, um Voto de Pesar do BE e duas Recomendações do PAN. Com o novo Regimento, solicita que façam chegar estes documentos o mais cedo possível. Convém a Assembleia ter uma leitura atempada dos documentos para sua melhor compreensão. Começa pelo Voto de Pesar e deu a palavra ao BE para efetuar a sua leitura. -----

**Mário Moutinho (BE)** – Cumprimentou todos os presentes e efetuou a leitura do Voto de Pesar, pelo falecimento do Paulo Pires, o qual fica anexo à Ata com o n.º 1. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

**Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM)** – Afirmou que não conhecia particularmente bem Paulo Pires, teve algumas experiências com ele, de trabalho e têm vários amigos em comum. Agradeceu a iniciativa do BE. É um gesto bonito que por sua vez, eles ignoram figuras menos evidentes da cidade. Quem não frequentasse, poderia o Paulo passar ao lado, mas é um gesto muito bonito. Resumidamente quer solidarizar-se e subscrever o voto. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

**Presidente da Junta** – Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que o Paulo Pires era um dos seus melhores amigos. Nasceu na Rua de Belomonte, nº 89 e o Pinguim é o nº 65. Era das melhores pessoas que conhecia e excecional. No dia de funeral, foi dar um abraço aos filhos e o estabelecimento estava com música e pareciam que estavam a festejar. Era o que o Paulo queria, pois era um guerreiro e batalhou contra a maldita doença. Quis agradecer ao BE por se ter lembrado de trazer este Voto de Pesar. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. Perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra, mas ninguém se inscreveu e procedeu-se à sua votação. O mesmo foi aprovado por unanimidade, tendo de imediato sido guardado um minuto de silêncio. Posteriormente será dado a conhecer à família esta Deliberação. De seguida foi apresentada pela CDU uma Moção “Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”. Deu a palavra ao Deputado da CDU. -----

**Vítor Vieira (CDU)** – Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que o que foi dito sobre o Pinguim Café e sobre o Paulo Pires é muito tocante porque sente que a Cultura une muito mais do que outra coisa. Explicou que esta Moção não é só apresentada aqui, mas também num conjunto de outras Autarquias e tem merecido genericamente um apoio unânime muito maioritário. Esta Moção é comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático. De



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature and initials: "M. Pereira" and "RBN".*

imediatamente procedeu à sua leitura. Esta Moção, comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático, fica anexa à Ata com o n.º 2. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e informou que a Bancada Aqui há Porto-RM solicitou à mesa da Assembleia a interrupção dos Trabalhos por 5 minutos, tendo sido a mesma concedida para apreciação dos outros documentos. -----

Após o reinício dos Trabalhos, afirmou que o PAN apresentou uma Recomendação intitulada “Assinalar, lembrar e Participar politicamente o 25 de Abril no Centro Histórico do Porto”. Deu a palavra à Deputada Natacha. -----

**Natacha Meunier (PAN)** – Leu a Recomendação a qual fica anexa à Ata, com o n.º 3. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

**Ricardo Baptista (PSD)** – Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que o PSD gostaria de dizer sobre esta Recomendação e às duas Moções, informou que o PSD apenas irá votar as Deliberações e não os considerandos porque neles nem estão totalmente de acordo, muitos deles até estão contra. Gostariam também que na Moção do PCP fossem votadas as Deliberações em separado, por pontos, porque entendem que é importante salvaguardar o 25 de Abril. Em relação ao último ponto, entendem que é da competência desta Autarquia saber o que vai fazer nas Comemorações do 25 de Abril. Acha que não devem estar a impor porque podem estar a sobrepor alguma estratégia que a Autarquia já tenha deliberado para isso. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

**Vítor Vieira (CDU)** – Afirmou que naturalmente como a CDU, o que vota são as propostas e não os considerandos. Frisou isto na intervenção e também não se opõem para que seja votado ponto a ponto. O que leva a Junta a preparar um programa. É algo que já fizeram no passado, mantêm assim, não têm tido por parte da Junta de Freguesia uma resposta positiva, nem afirmativa. Não têm resposta nenhuma e é nesse sentido que está aqui esta proposta de mais uma vez juntarem-se todos enquanto representantes dos cidadãos e cidadãs da União de Freguesias. Exortar a Junta de Freguesia a fazer aquilo que afinal é a Comemoração do Ato que lhes permite estar hoje aqui e que permite à Junta de Freguesia existir e funcionar. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado. Afirmou que vão fazer a votação por pontos. -----

**Ponto 1** – “Saudar o 49º Aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam”. Este Ponto foi aprovado por unanimidade. Lembrou que é referente à Moção apresentada pela CDU “Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder democrático”. -----

**Ponto 2** – “Reafirmar o espírito de serviço público que, há 47 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local”. Colocado a votação, este Ponto foi aprovado por unanimidade. -----

**Ponto 3** – “Defender o poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando abril em cada dia de trabalho e de luta”. Colocado a votação, este Ponto foi aprovado por unanimidade. -----

**Ponto 4** – “Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios”. Colocado a votação, este Ponto teve o seguinte resultado: Votos Contra: 10, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 4 do PSD. Abstenções: 4, do PS. Votos a favor: 5, sendo 2 da CDU; 2 do BE e 1 do PAN. Este Ponto não foi aprovado. -----



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Ma. 12.00*  
*CRB 1*

**Ponto 5** – “Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas da Freguesia, que contribua para afirmar os valores de abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, de democracia e liberdade”. Colocado a votação este Ponto teve o seguinte resultado: Votos a favor: 9, sendo 4 do PS, 2 da CDU, 2 BE e 1 do PAN. Abstenções: 10, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 4 do PSD. Votos Contra: 0. Este Ponto foi aprovado. Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

**Vítor Vieira (CDU)** – Agradeceu a votação majoritária em quase todos os pontos, demonstrando claramente que o espírito de abril está vivo em todos os Membros e por outro lado manifestar alguma surpresa porque lê aqui algo assim e passou a citar: “São autarquias locais, as regiões, os Concelhos e as Freguesias”, fim de citação. Isto era a proposta de constituição do CDS. Se pretenderem, pode ler a Proposta de Constituição do PSD e se forem aqui encontrar Regiões, pode-se ler, e passou a citar: “O Estado Português é unitário e organiza-se no respeito pelos princípios que constituem Autarquias Locais, os Concelhos e as Freguesias, devendo a lei criar ainda regiões administrativas”, fim de citação. É estranho que quem participou na elaboração da Constituição e que previu a criação das Regiões, agora não mantenha essa posição, lamenta. Os colegas do interior do país vão continuar a sofrer por esta falta desta Autarquia que é essencial para um desenvolvimento harmonioso do país. Arriscam-se a que num destes dias a que o país se incline e caia no mar, com o peso das pessoas e com as construções que são feitas no litoral. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

**Gianpieron Zignoni (Aqui há Porto-RM)** – Interveio para se dirigir ao colega, não está aqui para defender seara alheia, porque não tem qualquer ligação ao CDS, já teve ao PSD. Quis deixar uma nota, pois contam com o apoio do PCP nas próximas jornadas por parte do Presidente da Câmara Municipal do Porto que muito se tem manifestado contra e centralismo e contra as diferenças de investimento entre a Região de Lisboa e Vale do Tejo e o resto do país. Crê que também uns senhores que não estava à espera, de os ver, lado a lado, que são a Iniciativa Liberal que também tem falado muito sobre isso e espera ver o apoio do PCP nessas 2 iniciativas na Assembleia da República porque é obrigado a concordar com aquilo que o colega afirmou, mas existem outros locais onde podem fazer essa discussão e ele gostaria muito que essa discussão fosse feita para bem da nossa cidade, da nossa região e sendo ele meio viseense, gostava muito do desenvolvimento do interior. -----

**Presidente da AF** - Agradeceu a intervenção do Deputado. De seguida foi colocada a votação a Recomendação do PAN “Assinalar, Lembrar e participar politicamente o 25 de abril no Centro Histórico”, cuja votação foi a seguinte: Votos a favor: 9, sendo 4 do PS, 2 da CDU, 2 do BE, e 1 do PAN. Abstenções: 10, sendo 6 do Aqui há Porto-RM e 4 do PSD. Votos contra: 0. Esta Recomendação foi aprovada. -----

Deu a palavra à Deputada Natacha, do PAN para efetuar a leitura da Recomendação “Pensar o Centro Histórico do Porto para os desafios da Mobilidade Suave do Sec. XXI. -----

**Natacha Meunier (PAN)** – Leu a Recomendação, a qual fica anexa a esta Ata, com o n.º 4. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada. Perguntou se algum Membro pretendia intervir, tendo-se verificado diversas inscrições. Deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

**Teresa Martins (BE)** – Interveio para dizer que o BE concorda globalmente com a Proposta. Aparentemente a única questão que têm prende-se com a 1ª alínea sobre a maior fiscalização





União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature and initials: "H. J. 0131"*

das bicicletas e trotinetes. Com o resto concordam e tem de haver regulamentação e tem de haver também condições de segurança e correta utilização. A questão desta maior fiscalização pode abrir portas a algumas interpretações menos interessantes desta proposta. Entendem que esta pode não ser a formulação mais interessante para isto, embora o BE concorde com a intenção, entende que é uma questão semântica e que valerá apenas salvaguardar que a fiscalização não quer dizer propriamente a condicionar o acesso a estes meios, ou de alguma maneira, reduzi-los. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado João Gonçalves. -----

**João Gonçalves (CDU)** – afirmou que à parte de um ou outro detalhe dos considerandos desta Recomendação, aquilo que os trás aqui é intervir para o facto que o destaque que é dado a toda esta estratégia de planificação e de implementação de zonas de acesso automóvel condicionado e de emissões reduzidas, deixando de lado aquilo que seria para a CDU central, que é ainda por cima, desígnio constitucional e que neste campo não passe por pugnar o reforço dos transportes coletivos que garantam reais alternativas às populações, pode até incentivar no sentido oposto àquilo que se propõe aqui que é de tornar estas zonas ainda menos inclusivas, ainda menos acessíveis e portanto estando na globalidade de acordo com esta intenção àquilo que consideram que será o resultado prático, não é para eles o que é central alterar e portanto a CDU sobre esta Proposta, vai abster-se. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra para intervir ao Deputado Gianpiero. -----

**Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM)** – Dirigiu-se à colega Natacha, pois em 1º lugar quer agradecer em nome do Presidente Rui Moreira, pois entende que ele não vai levar a mal, a manifestação de apoio que também está aqui a ver. Entende que está a ser uma Assembleia muito produtiva para o Movimento. Vão decorrer eleições dentro de 2 anos e afirma que vai contar com o voto do PAN. Efetivamente existem aqui algumas coisas, que se calhar é um tema mais genérico. Entende que todos estavam à espera de verem as trotinetes de volta, a serem discutidos na nossa Assembleia. Quando falam aqui é um infeliz reflexo da ausência de políticas de planeamento urbano e no que toca à mobilidade nas cidades, na realidade o Movimento Aqui há Porto-RM têm estado a trabalhar bastante neste sentido. Não faltam trotinetes e bicicletas, na cidade, se calhar até demais, mas é discutível ou não. Os automóveis continuam a entupir as artérias da cidade. Os meios de transportes coletivos são escassos e por isso é que foi municipalizado os STCP e existem registos em que as pessoas estão mais satisfeitas com os serviços, desde que está a ser gerido, pensa pela autoridade metropolitana. A questão que se coloca aqui é que por princípio é a favor de uma maior fiscalização quando isto diz respeito ao uso correto das trotinetes e das bicicletas. Infelizmente, já todos testemunharam pessoas que andam alegremente em sentido contrário, em contramão ou a desrespeitarem imensas indicações de trânsito. A implementação de uma estratégia para a diminuição de trânsito automóvel está a ser feita, pois ainda agora há dois meses foi encerrada a Rua Alexandre Braga, ao lado do Bolhão. Quanto ao Plano de Planificação das vias de circulação com a introdução das vias dedicadas exatamente, há o exemplo da Ponto D. Luís entre outras. Tem-se discutido aliás o encerramento da Rua de Mouzinho da Silveira, existem vários planos que estão a ser discutidos e ainda agora o Vereador Pedro Baganha trouxe esse tema. Agradeceu o apoio da Deputada Natacha, mas da parte do seu Movimento, isto já está em execução. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----





União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Ma. Moreira*  
*CBM*

**Mário Moutinho (BE)** – Agradeceu a intervenção do Dr. Rui Moreira, ah, perdão! Do Dr. Gianpiero. Quer fazer apenas uma correção. Disse que municipalizaram a STCP, mas não foi a Câmara, mas sim a nível governamental que se impediu a privatização, pois era esse o objetivo dos Grupos Parlamentares que apoiam o Aqui há Porto-RM. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado. Deu a palavra à Deputada Natacha.

**Natacha Meunier (PAN)** – Deu esclarecimentos sobre alguns pontos levantados. Em relação à questão do BE no que toca à fiscalização. Como é óbvio aqui o intuito nunca é impedir o acesso, mas sim garantir as condições de segurança na circulação e é uma das intenções deste ponto é que as empresas que são responsáveis pelos alugueres, pois existem várias a operar na cidade do Porto, tenham também a responsabilidade de garantir que os veículos estejam em condições de segurança. É esse o maior intuito e como é óbvio e também o colega Gianpiero mencionou, como já se faz na circulação automóvel, tem de se garantir obviamente que os veículos que estão a ser utilizados, estejam de correta maneira, não circularem em contramão. Isto apenas é unicamente para garantir a segurança das pessoas que estão a conduzir os veículos e nunca para restringir acesso. Relativamente à questão da CDU sobre o acesso a zonas de automóvel condicionado e às zonas de emissões reduzidas, pelo que percebeu, a preocupação da CDU seria de que estas zonas restringissem, ainda mais, o acesso aos transportes coletivos. Pergunta se era isso que pretendiam saber. Mas afinal não está esclarecida. A intenção destas zonas e aliás em relação às zonas de acesso de automóvel condicionada, não dão específico destaque, completam a questão do reforço dos meios de transporte públicos. Obviamente que se estão a reportar ao centro da cidade. Pois todos sabem que o que acontece normalmente é que existe a falta de meios de transportes públicos nas periferias, o que encaminha muito trânsito para o centro da cidade, muitas pessoas não têm autocarro para se deslocarem da zona periférica para o trabalho no centro da cidade. O que acontece, ainda que de forma indireta, não faltam meios de transporte no centro da cidade, mas muitas vezes também podem ser escassos, mas aqui entende que não seja o maior problema. O problema para o PAN é a falta de transporte público nas periferias, que acaba por trazer trânsito para o centro da cidade. Quanto ao ponto que o colega Gianpiero falou, não sabe se recordam, mas foram feitas obras não há muito tempo na Rua Álvares Cabral que vai até à Praça da República que deveria ter tido a possibilidade de colocar uma via dedicada a trotinetes e bicicletas. Mas aquilo que foi feito foi colocar mais estacionamento nessa rua do que existia antes e colocar proto árvores nos passeios alargados para decorar a rua. Nunca houve a intenção de colocar numa artéria que tem todos os dias trotinetes e bicicletas a passarem, vias dedicadas e como estas existem tantas outras que estão a serem requalificadas neste momento, não há um plano a incluir isso e não está patente no PDM de incluir dias dedicados à mobilidade suave nessas ruas. São muitas as obras que estão a serem feitas nalgumas das ruas, pelas quais passa todos os dias. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado Gianpiero. -----

**Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM)** – Afirmou que existe um pormenor, antes de se pronunciar sobre a Rua Álvares Cabral e das proto árvores. O Movimento é favorável ao aumento da fiscalização, mas é necessário chamarem à atenção dum pormenor. Seja para fiscalizar as empresas, seja para fiscalizar quem não circular de acordo com a lei, estão aqui a passar alguma responsabilidade, ao município garantidamente não é responsabilidade da Junta de Freguesia, pois não vai fiscalizar o trânsito. É preciso reconhecer que há um acordo em relação a isso, mas, no entanto, da parte do Aqui há Porto reconhecem que não existem meios para tal, porque a própria Polícia Municipal está com efetivo inferior àquilo que é





União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature and initials: "Machado ORB"*

esperado, por não haver transferências da PSP, falta de elementos, etc. Também não existem pessoas para fazerem essa fiscalização. No entanto, concordam, em princípio, que ela deve ser feita. Quanto às proto árvores, surpreende-se que o PAN se tenha manifestado contra a existência de mais arborização. Passou a ter um melhor passeio, que não tinha. É preciso haver algum equilíbrio. Quanto ao estacionamento não é que exista mais, mas simplesmente ele está é aos SS, pois ele próprio assistiu a uma sessão onde isso foi apresentado. Ele está mais ou menos aos SS para permitir, apesar de o termo não ser o mais apropriado, é a carga e descarga das crianças em frente às escolas. Se a memória não lhe falha, existe uma de cada lado da rua, isso faz com que tenham de que se a lei for cumprida, há perfeitas condições para andar de bicicleta e trotinete, até porque, foram tanto quanto sabe, os primeiros municípios a garantirem, até nas fachas BUS é idealizado que andem as bicicletas e as motos em tudo o que seja facha BUS para facilitar o acesso e para garantir a libertação das fachas que à pouco a Natacha se estava a referir, pois estão sempre ocupadas. Há um trabalho que está a ser feito. Acredita que as coisas pudessem ter sido feitas melhor, não tem a mais pequena dúvida, mas dizer que nada está a ser feito, entende que é exagerado. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Ricardo. -----

**Ricardo Baptista (PSD)** – Afirmou à Deputada Natacha que parece que estão aqui a discutir e parece que o problema são as trotinetes das empresas. Não entende que as empresas que estejam a agir mal e que é nas empresas que estão a decorrer acidentes. Estão a colocar o bolo todo nas empresas que há trotinetes a mais porque existem empresas a mais e que estão a dar mais licenças e mais trotinetes. Disseram que era por causa das empresas de trotinetes. Em relação ao acidente e à morte que ocorreu na Rua de Oliveira Monteiro, foi no passeio, o jovem ir de trotinete como a pé. O acidente foi uma pessoa que galgou o passeio e acabou por matar um jovem que ia de trotinete, mas foi um incidente que tanto poderia ser de trotinete como a pé. Outro problema que não estão a ver, já várias vezes a cidade do Porto disse, que estava a haver e aí sim, têm de ver, a falta de policiamento e a falta de contingente na cidade. Sem dúvida nenhuma, pois como sabem, Porto e Lisboa, são as únicas cidades em que a Polícia Municipal tem de ser PSP e existe um grande défice de PSP. Em Gaia são fiscais, não é obrigatório serem PSP. Têm de pedir aos colegas Deputados do PS para verificarem o que é que se pode fazer para aumentar o policiamento da PSP para a CMP. Os fiscais para verem se está a ser utilizada corretamente as trotinetes, não obrigatoriamente ter de ser a Polícia Municipal, têm de ser fiscais. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

**Presidente da Junta** – Cumprimentou todos os presentes. Sobre este assunto afirmou que em algumas Assembleias anteriores, entregou 28 propostas feitas à Mobilidade, algumas delas traziam a criação de ZAACS, Zonas de acesso condicionado. Mas as políticas que têm vindo a adotar e o Executivo Municipal a devolver espaço público aos peões. Têm aqui um grande problema e que quer partilhar com a Assembleia pois estão perante o desaparecimento das nossas forças de segurança, da polícia. A polícia de proximidade desapareceu completamente, desapareceram os polícias das ruas, logo o contingente da Polícia Municipal está a dois terços. Parece que é um objetivo do Governo de há 4 ou 5 anos atrás tem vindo a reduzir as forças de segurança, têm sido aposentados 1.500/ano e também têm vindo a reformarem-se 500. Todos os anos desaparecem mais de mil efetivos da PSP. Também têm a ver com a falta de civismo, o Executivo tem políticas de mobilidade, está a devolver o espaço público, só que não consegue controlar a falta de civismo a quem anda de bicicleta, a quem anda de carro, a quem sobe a



Rua Álvares Cabral em grande velocidade, porque a polícia desapareceu. Pede aos Deputados que têm assento parlamentar na Assembleia da República que solicitem, por favor, ao Governo e ao Sr. Ministro da Administração Interna, que precisam de mais polícias. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. Como ninguém se inscreveu para intervir, passou-se à votação da Recomendação do PAN “Pensar o Centro do Porto para os Desafios da Mobilidade Suave do Séc. XXI”, cujo resultado foi o seguinte: Abstenções: 16, sendo 6 do Aqui há Porto-RM, 4 do PSD, 4 do PS e 2 da CDU. Votos a favor: 3, sendo 2 do BE e 1 do PAN. Votos contra: 0. Esta Recomendação foi aprovada. De seguida deu a palavra ao BE para efetuar uma Declaração Política. -----

**Teresa Martins (BE)** – Afirmou que o BE e como imaginaram que haveria Recomendações ou Moções sobre o 25 de Abril e 1º de Maio, optaram por fazer uma Declaração Política sobre estes assuntos, numa perspetiva mais ampla e passou a ler o documento: “Estamos a poucos dias de comemorar dois dos momentos mais importantes da nossa vida coletiva, o 25 de Abril e o 1º de Maio. O 49º Aniversário do 25 de Abril de 1974 não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da Liberdade e da Democracia contra o Fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a Democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a Educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à Habitação. Terminou-se com a Guerra e o Colonialismo Português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário. As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de Abril, não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a Democracia e combater as desigualdades e a Exclusão Social. Em 2022, a inflação suplantou recordes de 30 anos e em 2023 continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento que apenas confirmam o prolongamento do perder do poder de compra, de salários e pensões. Ainda em ritmo oscilante, os preços continuam a subir de forma mais pronunciada nos bens alimentares. A perda do poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são o ataque aos direitos de quem trabalha é um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. Há um posto de trabalho permanente a que deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o Direito Constitucional ao Trabalho com Direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não existe verdadeira Democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam tantas pessoas no nosso país, privando-as de direitos básicos que abril nos deu. As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a Direitos. A prática destes atos é um obstáculo à Democracia e à Liberdade individual, o Racismo e a Xenofobia, comprometem os Direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são perçecionados como o outro, debilitando a Democracia. A diversidade étnica racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos e cidadãs nascidos em território nacional, a nacionalidade portuguesa. As políticas de emigração criam inúmeras dificuldades a emigrantes que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadores de situações de discriminação e de desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que abril instaurou. O projeto político iniciado em abril de 1974,



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature and initials: "Mário" and "ORSM"*

alicerçados em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser matriz sobre a qual sermos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam Direitos iguais para todos(as) não deixando ninguém para trás. Por tudo isto, importa convictamente saudar também o 1º de Maio, há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, os trabalhadores e povo saíram às Praças e Ruas do país, com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões, mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, na Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país, exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago, nos Estados Unidos da América, pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais. Menos de um ano depois, chegou o 25 de abril de 1974, a explosão da democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados. Cuidados de Saúde Públicos, Educação, Habitação, direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição pela primeira vez do Salário Mínimo Nacional no valor de três mil e trezentos escudos. Foi também após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como uma nova forma de organização dos trabalhadores(as), as Comissões de Trabalhadores. Quando os efeitos da fortíssima inflação da não reposição de direitos retirados no tempo da Troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores que se têm manifestado pelo trabalho digno, pelo direito à Habitação. Por isso é mais do que nunca importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. É lembrar que o direito a trabalhar em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória que assegure ao trabalhador, à trabalhadora e suas famílias, uma existência compatível com a dignidade humana, o que é um Direito Humano inalienável. Por isso saudamos o 1º de Maio e nele a coragem de todas e de todos que exigem Dignidade, Democracia e Progresso Social, emprego com direitos, Salário, Pensões dignas e Serviços Públicos de qualidade para todos(as). Saúdam as lutas dos trabalhadores(as) do Setor Público, Privado e Social por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração”, fim de citação. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. -----

**Sandra Mondim (PS)** – Cumprimentou todos os presentes e afirmou que no dia 27/03 dirigiu um e-mail ao Sr. Presidente da Mesa onde fez duas solicitações. Pediu para poder consultar uma candidatura que foi apresentada, o ano passado, da Associação Animal LIFE, para poder consultar ou ser-lhe facultada toda essa candidatura para consulta. Aproveitou o e-mail e questionou também relativamente às alterações ocorridas no Executivo, quais os pelouros dos novos vogais que entraram em funções, nomeadamente o Sr. Augusto Saldanha e a Dr. Maria Inez Graça. O Sr. Presidente da Mesa comunicou-lhe quase de imediato que remeteu a sua solicitação para o Sr. Presidente da Junta e até à data de hoje não obteve resposta. Gostaria de aproveitar para perguntar ao Sr. Presidente da Junta se pode esclarecer quanto à questão dos pelouros e aproveitar para perguntar-lhe se ainda está à procura da candidatura da Animal LIFE e que, demore tanto tempo para responder à sua solicitação. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----





União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature and initials: "Hach" and "RBI".*

**Presidente da Junta** – Afirmou que recebeu o e-mail da Sr<sup>a</sup> Deputada, mas como deve compreender, aqui na Junta de Freguesia, está envolvido com muito trabalho, ainda está dentro do prazo legal para lhe responder. Mas sempre que entender necessário, pode deslocar-se à Junta de Freguesia e consultar sempre tudo o que desejar. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e perguntou se mais alguém pretendia intervir, mas não se verificou nenhuma inscrição. Afirmou que dava por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia. Entrou-se no Período da Ordem do Dia, no Ponto nº 1 da O.T. "Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória". Deu a palavra ao Deputado Gianpiero Zignoni. -----

**Gianpiero Zignoni (Aqui há Porto-RM)** – Afirmou que terão sido cerca de 20 reuniões, mas o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que foram 16. Foram 16 longas reuniões, incluindo algumas até perto das 24.00 horas. O motivo da sua intervenção é acima de tudo agradecer a colaboração dos estimados colegas, pois foi interessante para se conhecerem um pouco melhor e perceber a dinâmica que conseguiram criar quando queremos e quando estão a trabalhar em conjunto. Houve vários pontos em que discordaram, mas entende que sem tirar a frase ao Sr. Presidente que esteve sempre presente, exatamente como o Deputado Mário Praça, tiveram uma enorme disponibilidade para os ajudar e foi bem-vindo. Usando as palavras dele, concluíram o trabalho sem que ninguém tivesse ficado propriamente ofendido com algum resultado, conseguiram atingir um consenso muito interessante. Foram várias horas de trabalho e dedicação à nossa Freguesia, mas têm um resultado bastante interessante e acima de tudo para agradecer e dar os parabéns aos estimados colegas. Termina a sua intervenção e agradece. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----

**Mário Moutinho (BE)** – Afirmou que estava de acordo com o Deputado Gianpiero pelo trabalho que foi feito. Reconhece que foi um trabalho de compromisso de diversas forças políticas e opiniões eventualmente diferentes num ou noutro ponto. Mas foi um trabalho que num determinado ponto emperrou por qualquer motivo, sendo por esse motivo que ele próprio fez uma pequena intervenção numa Assembleia, pois estava a ser ligado o complicómetro, mas a verdade é que o trabalho saiu e está aqui. Felicita o trabalho desenvolvido apesar de haver aqui, do seu ponto de vista, uma vez que não acompanhou o trabalho, acompanhou na medida em que a camarada Teresa Martins lhe foi transmitindo, pelo que só pôde ver o documento com atenção e rigor, agora. Está de acordo com ele, o BE não vai votar contra. Entende que todos vão votar a favor e não vê que não seja outra votação. Mas quer fazer três notas que lhe parece que se deve fazer, pois é um documento que vai reger a atividade da Assembleia não só neste mandato, mas também não sabem até quando, até haver um novo documento e vale a pena refletirem sobre algumas coisas. A primeira tem a ver com algo que é muito estranho para qualquer pessoa que leia este documento. A sede oficial é na esquadra, mas a correspondência é para Sto. Ildefonso, neste edifício. Isto é estranho em qualquer parte do mundo e aqui também. É muito estranho, merece uma explicação, mas para qualquer pessoa que leia isto, é estranhíssimo. A segunda nota no art.º 16 não prevê aquilo que aconteceu, por exemplo, nesta Assembleia, que é uma intervenção política. Em todas as Assembleias, nas Municipais e nas de Freguesia, há momento para as Moções, Requerimentos, Votos de Pesar, etc. nomeadamente o que está previsto no art.º 16, mas não existe referencia a intervenções políticas. Isto esvazia do ponto de vista político a intervenção desta Assembleia. É algo que não é um pormenor. Entende que deve ser corrigido.

10



**ASSEMBLEIA  
DE FREGUESIA**



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature in blue ink.*

Última questão: para não falar exaustivamente do documento, no art.º 24 – Ponto 3 diz algo e passou a citar: “Sempre que possível, o Presidente e Vogais do Executivo devem prestar esclarecimentos após cada ronda de intervenções dos Membros da Assembleia”, fim de citação. Afirmou que está correto. O Presidente ou vogal do executivo devem intervir no final de cada ronda, está correto. Começar o período por dizer e passou a citar: “Sempre que possível”, fim de citação, esvazia completamente o sentido disto. É verdade que temos aqui um Presidente da Assembleia em que confiam, tem bom senso e tiveram o anterior, que respeita muito, o Sr. Abílio, são pessoas com bom senso. Mas tiveram no mandato anterior com o executivo da mesma força política, um Presidente de Mesa, que para além de incompetente e de absoluta falta de bom senso, isto significaria obviamente zero. Esta redação esvazia o sentido. São coisas que escaparam a todos os elementos que integraram a comissão para a elaboração do Regimento e também lhe escapou a ele, pois esteve mais atento a outras coisas. Vão votar este documento, mas entende que brevemente, talvez, seja bom fazer uma revisão a estes pormenores, que o não são, pormenores como dizia um elemento da Mesa, mas que concorda. Termina a sua intervenção e agradece. -----

**Mário Praça (1º Sec. da Assembleia)** – Afirmou que o Regimento não anula a lei geral. A lei geral sobrepõe-se ao Regimento. No Período Antes da Ordem do Dia está previsto na lei geral, os partidos políticos possam usar da palavra. -----

**Presidente da AF** – Deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----

**Mário Moutinho (BE)** – Afirmou que não se sobrepõe à lei geral. Mas estar aqui como ausência é grave. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado. Interveio para corrigir porque este assunto foi devidamente analisado. Passou por todos os Elementos da Comissão e pelos Membros desta Assembleia. Pode escapar sempre algum pormenor, mas o que se pretendeu foi ter o essencial do Regimento; porque a Lei Geral consagra tudo o resto. Foi a intenção da Comissão ter um instrumento de trabalho. Se refere que relativamente à sede deve ser corrigido, concorda plenamente. Foi falado inclusivamente no anterior mandato. Entende que tem de ser feito. Compete à Junta tomar a iniciativa e fazer chegar a proposta à Assembleia. Não vão retirar o período de intervenção das forças políticas porque está na lei geral. Haverá coisas que se calhar que podem e deveriam estar, mas entende que se pronuncia no fim. -----

**Mário Praça (1º Sec. Assembleia)** – Explicou que o que o Sr. Presidente da Mesa quis dizer é que poderia a Assembleia sugerir ao executivo por proposta da Assembleia que se fizesse a alteração da sede. Foi isso que aqui foi transmitido. -----

**Presidente da AF** – Disse que estão todos a discutir outro assunto e deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

**Vítor Vieira (CDU)** – Leu um documento intitulado “Regimento”, o qual fica anexo a esta Ata, com o n.º 5. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Sandra Mondim. -----

**Sandra Mondim (PS)** – Afirmou que nesta revisão do Regimento e ela própria que já tinha estado numa tentativa de Revisão de Regimento no mandato anterior, que por motivos da Pandemia os travou, impediu de acabar, onde não estavam todas as forças políticas e desta vez conseguiu-se levar até ao fim. Ela própria não iniciou a participação nesta Comissão desde o início, de uma maneira e agradece a forma como foi recebida quando o Sr. Presidente da Mesa a contactou para se juntar ao grupo. Foi de facto fácil apesar de inúmeras sessões que tiveram, de muita discussão e de muitas questões levantadas. Houve muita discussão, mas positiva e chegou-se a bom porto àquilo que era pretendido. Existe um documento que está





União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*AF*  
*Ma. Inês*  
*DRBM*

muito completo. Tem de fazer aqui uma observação relativamente à intervenção do Sr. Deputado Mário Moutinho, com o devido respeito que ela própria lhe tem, este documento foi enviado a todas as forças políticas já há algum tempo. Entende que ainda tiveram retificações depois de eles irem às forças políticas, pois uma das últimas até foi solicitada por ela própria. É natural que haja algumas falhas, mas teria sido bom precisamente o que o Sr. Deputado chamou a atenção aqui nesta noite, teria sido bom terem esse reparo da parte do Sr. Deputado e se calhar poderiam eventualmente ou não, ter retificado. De facto, se calhar, de hoje para amanhã, este documento vai voltar a ter retificações, atualizações, é natural, pois a própria, está sempre em atualização. Neste momento é de facto o documento mais completo que ela conhece a nível de Regimentos que ela conhecia até hoje. Foi muito exaustivo o trabalho e procurou ser minucioso. O PS vai votar favoravelmente o documento e espera que dele surja aqui os frutos e o efeito do trabalho de todos na boa condução das Assembleias. Termina a sua intervenção e agradece. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

**Ricardo Baptista (PSD)** – Afirmou que quer dar os parabéns à Comissão e ao Sr. Presidente da Assembleia, a dirigir esta Comissão e que fizeram, de facto, um bom trabalho. Só quer fazer um reparo que é em relação ao Anexo 1 que é a substituição e isto porquê. Poderão ter aqui um problema que é quando pretendem substituir, a pessoa que vem, também tem de assinar. Imagine que não estou no Porto, não consegue cá estar para contactar a pessoa e ela assinar. Isto poderá ser assinado no dia da Assembleia pela pessoa que me vai substituir. -----

**Presidente da AF** – Informou que tem três dias após a realização da Assembleia para o fazer. --

**Ricardo Baptista (PSD)** – Afirmou que poderá não ser possível que em tempo útil arranje a substituição. Quer dar os parabéns pelo excelente trabalho efetuado pela Comissão. Têm aqui um grande trabalho, têm sempre de se suportar neste documento e tentar usar sempre estes Anexos a este documento para reger esta Assembleia. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que muitas vezes não são apresentadas as substituições no próprio dia. Recebem e têm sempre três dias para apresentar. Obviamente que quem falta e não apresenta justificação, faltou, depois de passaram os três dias. Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

**Natacha Meunier (PAN)** – Afirmou que é de louvar o trabalho que toda esta Comissão fez e as horas que dedicaram a este documento. Como já aqui foi dito, é um documento que é plural no compromisso a que chegaram, do debate exaustivo entre todas as forças políticas que estavam representadas na Comissão, mas que foi sempre feito com muita amigabilidade, tolerância, compreensão e soluções de compromisso, para que todas as pessoas se pudessem ver representadas e identificadas neste documento. Espera que seja do entendimento dos restantes elementos das bancadas que ele os represente também e que se faça ainda um melhor trabalho e daqui para a frente com base neste Regimento. Termina a sua intervenção e agradece. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada. Como mais ninguém se inscreveu para intervir, procedeu-se à votação do Ponto nº 1 da O.T. “Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória” cujo resultado foi o seguinte: Aprovado por unanimidade. Relembrou a todos os presentes que este assunto foi discutido por diversas vezes, aprovaram o Regimento e este está a aprovar o Regulamento porque se encontra enunciado no Regimento. O 1º Secretário da Mesa tem uma pequena intervenção a fazer, mas só irá acontecer no final do Ponto nº 2 da O.T. e entrou-se no Ponto nº 2 da O.T. “Apreciação e

12



**ASSEMBLEIA  
DE FREGUESIA**



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature in blue ink.*

Votação do Regulamento de captação e de transmissão das reuniões da Assembleia da Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória". -----

Deu a palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

**Vítor Vieira (CDU)** – Leu um documento intitulado “Regulamento de Transmissões das Sessões”, o qual fica anexo a esta Ata, com o n.º 6. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

**Ricardo Baptista (PSD)** – Afirmou que tinha duas dúvidas. A 1ª era em relação a esta autorização, se terá de ser assinada uma vez para o mandato ou em todas as Assembleias. -

**Presidente da AF** – Informou o Sr. Deputado de que tem de ser efetuado em todas as Assembleias.-----

**Ricardo Baptista (PSD)** – Na 2ª dúvida pretende saber quem é o técnico responsável pela RJPD da Junta de Freguesia e que será o responsável pelo RJPD da Junta de Freguesia. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Deputado e informou que relativamente a essa dúvida, não lhe sabe dar a resposta. O Sr. Presidente da Junta é que pode dar a resposta. -

**Mário Praça (1º Sec. da Assembleia)** – Informou que a responsabilidade nunca será da mesa. -

**Presidente da AF** – Afirmou que a dúvida deve ser esclarecida pelo Sr. Presidente da Junta e perguntou ao Sr. Presidente da Junta se pretendia dar algum apoio sobre esta questão, tendo o próprio afirmado positivamente. -----

**Presidente da Junta** – Afirmou que a Junta de Freguesia neste momento está a ser auxiliada pelo gabinete jurídico e está a elaborar o caderno de encargos para entrar em consulta para um DPO. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que estava respondido. -----

**Mário Praça (1º Sec. da Mesa)** - Perguntou qual o timing e se deveriam discutir ou não este ponto agora. -----

**Presidente da AF** – Informou que a votação do Ponto da OT é efetuada. E quando estiverem reunidas as condições, o Sr. Presidente informa a Assembleia. Deu a palavra ao Deputado Ricardo Baptista. -----

**Ricardo Baptista (PSD)** – Afirmou que está em condições de votar. Entende que é importante o DPO que a Junta vai contratar. Verificar se isto está tudo de acordo ou não. Podem votar este Ponto, mas podem estar a votar algo que pode não ser implementada mais tarde. Deixa à consideração. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que a ferramenta e os utensílios se não forem criados, ficaremos depois reféns da sua falta de validação. Agora ficamos reféns de um artigo enunciado no Regimento e que remete para o Regulamento. Este diploma foi dispensado a todos os Membros da Assembleia e no pressuposto da sua discussão. Cada elemento, membro da comissão, passou esta informação às bancadas que aqui estão a falar. Pelo que, ficamos a aguardar a implementação das condições pela Junta para que as sessões possam ser transmitidas online. -----

**Mário Praça (1º Sec. da Assembleia)** – Afirmou que é votar algo que nunca se sabe quando vai ter fim. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que o Sr. Presidente da Junta acabou de informar que vai reunir o caderno de encargos e que está a recolher a informação. No seu entender, o Presidente foi claro. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

**Presidente da Junta** – Esclareceu que estão a falar de uma União de Freguesias que é quase uma minicidade. Os Srs. Deputados, têm consciência que agora não é uma freguesia com 1.500





União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

habitantes, é uma União de Freguesias que tem muitos problemas e que tem muitos edifícios. Muitas vezes fala com a Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> que está aqui presente, precisava de um gabinete jurídico aqui presente, precisava de um gabinete jurídico aqui a trabalhar para a Junta. Isto é muito complicado estar a debitar e a pedir cadernos de encargos. Tem muito apreço pelo trabalho que tem sido feito, agradece muito, mas não se podem pedir milagres. As coisas têm de ter o seu tempo. Seria mais fácil ter um gabinete jurídico da Junta, um gabinete contabilístico, pois é uma minicidade, não é uma brincadeira de uma freguesia. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra à Deputada Natacha. -----

**Natacha Meunier (PAN)** – Afirmou que não poderia deixar de concordar com o Sr. Presidente da Assembleia relativamente ao que ele acabou de dizer, pois o documento já foi enviado várias vezes. Todos os elementos das bancadas que tinham acesso permanente ao documento, bastava falar com a pessoa que estava eleita na Comissão de Revisão. Não está a dizer que as questões aqui levantadas não são válidas, só entende é que vêm tarde. Entende que já deveriam ter sido levantados para que o processo hoje fosse mais facilmente possível e mais fluído possível. Em relação à questão que foi levantada, relativamente ao técnico de proteção de dados, acha um bocado infrutífero estarem a discutir isto aqui, porque nenhum dos deputados tem ferramentas jurídicas neste momento, sequer possíveis para perceber seque a aplicabilidade deste técnico ou viabilidade deste técnico para os dados que aqui se estão a recolher. Outra questão que quer colocar é que se CMP já o faz e se, as outras Juntas de Freguesia também já o fazem, acredita com toda a certeza que haverá uma solução para a nossa Junta de Freguesia também o fazer. Que saiba, as sessões da Assembleia Municipal são transmitidas por vídeo, há muito tempo. Houve uma forma de fazer com que isso acontecesse, pois tem toda a certeza que é a forma legal para acontecer e há imensas Junta de Freguesia desta cidade que também já têm essa transmissão a decorrer, inclusivamente a do Bonfim. Acredita que haverá com toda a certeza, após a aprovação do Regulamento, a execução legal do mesmo, por parte dos serviços da Junta de Freguesia a quem cabe essa responsabilidade.-----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

**Presidente da Junta** – Afirmou que como se trata de um Regulamento, o processo de um Regulamento tem de estar em consulta prévia. O Procedimento da criação de um Regulamento obriga a certas coisas. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que o Regimento é igual ao da Assembleia Municipal do Porto. Tem a remissão do Regulamento de Aprovação. Foi realizado em Assembleia. A junta não pode agir se não tiver este instrumento. Depois de ter este instrumento vai criar condições. Deu a palavra à Deputada Teresa Martins. -----

**Teresa Martins (BE)** – Relembrou porque pode ter escapado que inclusivamente a transmissão e divulgação das sessões das reuniões públicas das Autarquias Locais foi já aprovada no Parlamento e foi uma Proposta da Iniciativa Liberal. Nem sequer vem aqui defender. Já foi aprovado, mas ainda não é lei. Mais cedo ou mais tarde, isto vai ter de acontecer, de uma maneira ou de outra, a Junta vai ter de colocar isto a funcionar. Isto ajuda a sairmos deste imbróglio que se está a aqui a criar. -----

**Presidente da AF** – Agradeceu a intervenção da Deputada e perguntou se mais alguém pretendia intervir para ser esclarecido. Procedeu-se à votação do **Ponto 2** da O.T. “Apreciação e Votação do Regulamento da captação e de transmissão das reuniões da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Vitória”, o qual foi aprovado por unanimidade. Informou o Plenário de que, vai ler o que tinha preparado relativamente a estes dois pontos. Este documento fica anexo a esta ata, com o nº 7. -----

No decorrer da leitura deste documento, ausentou-se da Assembleia de Freguesia a Deputada Natacha devido a problema familiar inesperado. -----

Afirmou que situações desta natureza esvaziam qualquer assunto. Perguntou ao Plenário se pretendiam suspender a Assembleia. Foi decidido terminar a leitura do documento e que ficaria suspensa esta Sessão da Assembleia de Freguesia. -----

**Mário Praça (1º Sec. da Assembleia)** – Afirmou que o Sr. Presidente da Mesa lhe esvaziou um pouco as suas palavras. Sabe que ele é um bocado adepto dos tempos em função das representatividades, pois é feito em todo o lado, na Assembleia da República, na CMP, nas outras freguesias e entende que no que diz respeito a este assunto, solicita a todos que tenham algum bom senso nestes tempos. Só para dar um exemplo, existe no Regimento da nossa Assembleia, no Período Antes da Ordem do Dia, 45 minutos, do que estava em vigor, até ao dia de hoje. Faz parte da lei geral com uma possibilidade de uma extensão de 15 minutos dados. Quer lembrar que hoje acabaram às 22,15 horas este 1º Ponto da O.T., foram mais de 45 minutos, quase uma hora e meia. Se assim for, não conseguem concretizar as Assembleias. Solicita que sejam sintéticos, pois vêm por vezes discutir o mesmo assunto. Termina a sua intervenção e agradece. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que relativamente a esse ponto, foi às 21,30 horas que começou esta Assembleia e solicitou que os trabalhos se iniciem às 21,00 horas. -----

**Mário Praça (1º Sec. da Assembleia)** – Afirmou que era melhor agendar uma nova data para a próxima Assembleia. -----

**Presidente da AF** – Informou que essa data ficou projetada para 10 de maio. -----

**Mário Praça (1º Sec. Assembleia)** – Perguntou se alguns destes pontos são obrigatórios, falar antes do final do mês. Só o Relatório das Contas, os outros não são obrigatórios. -----

**Presidente da AF** – Informou que seria a 10 ou 11 de maio. Cada bancada ficou de falar entre si sobre este assunto. -----

**Mário Praça (1º Sec. Assembleia)** – Afirmou que o Sr. Presidente falou com todos os líderes, solicitou a vinda deles aqui. Não sabe se o Sr. Presidente da Mesa quer dar alguma explicação, relativamente ao Ponto 6, pois não vão chegar para o discutir. -----

**Presidente da AF** – Perguntou se todos estavam dentro do assunto ou se tinham alguma dúvida. -----

**Mário Praça (1º Sec. Assembleia)** – Afirmou que seria bom explicar o motivo porque é que não receberam as Contas, relativas ao Ponto 6. -----

**Presidente da AF** – Deu palavra ao Deputado Vítor Vieira. -----

**Vítor Vieira (CDU)** – Afirmou que a Assembleia teve início em abril como diz a lei. Nesta Assembleia têm de ser discutidas as contas. Reconhecem a necessidade de ajustar coisas, provavelmente levarão a que as contas só sejam discutidas em maio. Isso não afeta nada, quer do ponto de vista do cumprimento da lei, quer do ponto de vista do próprio documento em si. Quando existirem contas para discutir, se fosse para discutir em dezembro e fosse em janeiro do próximo ano, era um pouco estranho. -----

**Mário Praça (1º Sec. da Assembleia)** – Afirmou que o Sr. Presidente teve o cuidado, entende que devem estar todos agradecidos, teve o cuidado de chamar os líderes para lhes dar uma explicação atempadamente pelo motivo do qual não aí enviar esta documentação e com respeito pela Assembleia. -----

**Presidente da AF** – Deu a palavra ao Deputado Mário Moutinho. -----



União de Freguesias  
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,  
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

**Mário Moutinho (BE)** – Afirmou que percebem isso e esperam realmente que as coisas apareçam e como disse o Deputado Vítor e usando a expressão que não existam marteladas, isto é, que o Executivo tenha hipótese de ter tempo e disponibilidade para analisar as contas, pois como eles que são da Assembleia. O que fazem quando vêm cá discutir. O executivo que faça o seu trabalho que eles fazem o deles. -----

**Presidente da AF** – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

**Presidente da Junta** – Afirmou que quer deixar bem claro que isto é uma situação que está a acontecer em várias freguesias, em várias Juntas, não é exclusivo da nossa. A quantidade de mapas é enorme, pois passou de 20 para 70. O contabilista é novo, o trabalho que estava feito pelo outro contabilista e o processo tem as suas demoras e que vai deixar esta Assembleia completamente à vontade. Quando o documento for enviado, a tempo, que é para os Srs. Deputados tirarem dúvidas técnicas. Enviam as dúvidas técnicas para o Sr. Presidente da Assembleia, que por sua vez, envia-as ao contabilista para serem respondidas. Compete-lhes fazer aqui o que lhes compete fazer melhor que é política e deixar as contas para os técnicos.

**Mário Praça (1º Sec. Assembleia)** – Afirmou que por sugestão dele e que noto que por vezes discutem muito um pormenor técnico sobre o porquê de determinado lançamento está feito na conta 70 e não na 25. Tentar fazer um pouco mais a crítica política e às vezes estes pequenos pormenores, que podem ser esclarecidos e como é óbvio não tira a possibilidade de as pessoas poderem interrogar novamente essas mesmas questões, mas que possa ser esclarecido de forma que não seja tão maçador, pois aqui a contabilidade dos números, não é para tirar a ideia política. É para que as pessoas sejam informadas com essa informação, para que possam ter aqui um pendor político melhor, se estiverem esclarecidas dessa forma. Quando por sugestão dele e solicitou esta situação ao Sr. Presidente da Junta, se lhes poderia possibilitar e se da parte da contabilidade não houvesse inconveniente, é meramente para discutir pontos técnicos e não políticos. Não é função do contabilista fazer política. Mesmo que exista um lançamento explicado, não significa que um Membro da Assembleia não seja contra. É para ajudar a algum esclarecimento e não colocar partes políticas em cima. Não faz sentido. -

**Presidente da AF** – Informou os Srs. Deputados que iriam proceder à leitura da minuta da ata para ser votada. -----

**Teresa Martins (BE)** – Interveio para dizer que não foi dada a palavra ao público. -----

**Presidente da AF** – Afirmou que não foi dada a palavra ao público porque foi suspensa a sessão. -----

**Mário Praça (1º Sec. Assembleia)** – Informou que nas Assembleias anteriores quando suspendiam as sessões, davam a palavra ao público e perguntou ao público se alguém pretendia intervir, mas ninguém se inscreveu para o fazer. -----

**Presidente da AF** – Colocou a votação a minuta da ata tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes. Neste momento não se encontrava na Assembleia a Deputada Natacha Meunier, do PAN. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão. Edifício de Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 18 de abril de 2023, às 24.00 horas. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

O 2º Secretário: \_\_\_\_\_



*Handwritten signature and initials:*  
Maia  
ELB

### **Voto de pesar pelo falecimento de Paulo Pires**

**Morreu no passado dia 7 de Abril, Paulo Pires, conhecido como Mestre do Pinguim Café, casa icónica do Porto onde há mais 35 anos foram criadas as "Noites de Poesia" pelo ator e poeta Joaquim Castro Caldas.**

**Paulo Pires foi durante muitos anos um dos responsáveis da Cooperativa Gesto, estrutura de intensa atividade cultural na cidade do Porto, sediada em pleno centro histórico, na Travessa do Ferraz, bem junto à Torre dos Clérigos, onde, por exemplo atuaram, no início da sua carreira, os Ornato Violeta.**

**Desde sempre ligado à indústria da restauração, teve a seu cargo o bar do CDUP Centro Desportivo da Universidade do Porto, do Festival de Teatro Fazer a Festa organizado pela companhia Art'Imagem e do Fórum Internacional de Gaia.**

**Sempre associou a sua atividade profissional à divulgação e apresentação regular de atividades culturais e artísticas.**

**No Pinguim Café, continuou o trabalho iniciado pelos seus fundadores, consolidando uma casa que era já uma referência da poesia e do jazz. O Pinguim Café é, de facto, amplamente reconhecido pelas sessões de poesia. A primeira remonta ao ano de 1988. Por lá passaram muitas personalidades do meio literário, como Valter Hugo Mãe, Álvaro Magalhães, Filipa Leal ou João Habitualmente, dizedores de poesia como Pedro Lamas, Isaque Ferreira ou Rui Spranger e músicos como Jorge Lima Barreto, Vítor Rua ou Cristina Bacelar.**

**Pela perda de um homem que soube ligar a sua profissão à arte e cultura da sua cidade, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória manifesta o seu pesar, quedando-se em silêncio por um minuto.**



*Handwritten signature and initials: "H. M. 18.4.23"*

## Moção

### Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a Revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de Capitão) que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em ruptura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo,



sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta de comunistas e de outros democratas pela democracia e liberdade, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador, desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar, se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública, e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.



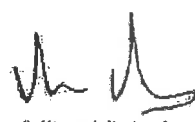
*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S.Nicolau e Vitória delibera:

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 47 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;
5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigido às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas da Freguesia, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

Pe'l'A CDU,

  
(João Gonçalves)

  
(Vítor Vieira)



**RECOMENDAÇÃO**  
**ASSINALAR, LEMBRAR E PARTICIPAR POLITICAMENTE O 25 ABRIL NO**  
**CENTRO HISTÓRICO**

Cumprem-se na próxima semana 49 anos sobre o dia 25 de abril de 1974, data fundadora da nossa democracia e referencial dos valores da liberdade e igualdade, justiça e solidariedade, da tolerância e paz. Não abdicamos de a celebrar e de lembrar com gratidão todas e todos os que, com incomparável generosidade, deram a vida, liberdade, honra e património para que pudéssemos finalmente viver numa sociedade com liberdade.

Deu-nos em boa hora o 25 de abril um regime político assente na soberania popular, na democracia, separação de poderes, no primado da lei e do estado de direito e também a possibilidade de abrir portas em direção a uma sociedade plural e desenvolvida, mais justa e inclusiva, que para o PAN deve ser inclusiva e pugnar pela equidade.

Infelizmente, 49 anos volvidos, vivemos ainda situações inaceitáveis de pobreza extrema, desigualdade e exclusão, salários baixos, dependências múltiplas. Os tempos do economicismo místico, do darwinismo social, da concentração e oligopólio, dos interesses e da corrupção, amordaçam o país e causam entropia aos rasgos de modernidade.

Se a liberdade e a democracia foram conquistas fundantes de abril, a autonomia do poder local não o foi menos, no seu significado histórico e na extensão dos seus efeitos. A República veio reconhecer uma das bases mais antigas da nossa constituição política, anterior à nação e ao próprio



conceito de Estado, que é o município. Fruto de sucessivas alterações ao respetivo estatuto jurídico, os municípios e as freguesias prosseguem hoje um leque abrangente de atribuições e competências: aos municípios e às freguesias cabe garantir a proximidade dos cidadãos e cidadãs com o sistema político.

Observamos no entanto, que nas comemorações que o município leva a cabo e a que esta Junta se afilia, falta a participação política das eleitas e eleitos em nome das cidadãs e cidadãos desta União de Freguesias em sessão solene promovida por este órgão.

O 25 de abril é sinónimo de pluralidade democrática e de ideias e, deste modo, todas as vozes presentes nesta Assembleia de Freguesia deveriam ter oportunidade e o desafio de  assinalarem politicamente este dia e de se pronunciarem.

Vimos, por isso instar a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cedofeita, Sto Ildefonso, Sé, Miragaia<sup>S</sup>, Nicolau e Vitória que promova, a partir do próximo ano, uma sessão solene a propósito do Dia da Liberdade, com a participação de todas as forças políticas aqui representadas para que possam desta forma assinalar e celebrar de forma clara e inequívoca as conquistas e os desafios de Abril.

**A representante do Partido Pessoas - Animais - Natureza**

Natacha Meunier



*Handwritten signature and initials in blue ink, including 'Mar Jau' and '0251'.*

**RECOMENDAÇÃO**  
**PENSAR O CENTRO DO PORTO PARA OS DESAFIOS DA MOBILIDADE SUAVE**  
**DO SÉC. XXI**

É com profundo lamentar que lemos as notícias sobre os acidentes relacionados com trotinetes eléctricas, que só no último ano e meio já causaram pelo menos 5 mortes e inclusivamente a morte de um jovem na nossa freguesia, cujo voto de pesar já apresentámos inclusivamente nesta Assembleia. Em janeiro o jornal Expresso apontava no panorama nacional 995 entradas nas urgências relacionadas com acidentes com trotinetes em 2022, um aumento de quase 700% face ao ano anterior. A somar a estas notícias observamos as estatísticas publicadas pela ANSR que dão conta de um aumento na ordem dos 20% entre 2021 e 2022 de acidentes rodoviários com vítimas no distrito do Porto.

A acrescentar ao problema de sinistralidade, temos ainda outra consequência direta da excessiva circulação automóvel na cidade, que é a da qualidade do ar que respiramos. Em 2021 as estações de medição de qualidade do ar no Porto, que aliás continuam com problemas na recolha de dados, continuavam ainda assim a mostrar valores acima dos aceitáveis para o dióxido de azoto, um poluente que resulta da queima de combustíveis fósseis.

No nosso entender este é o infeliz reflexo da ausência de políticas de planeamento urbano, em especial no que toca à mobilidade suave nas cidades.

Os automóveis continuam a encher e a entupir as artérias da cidade, os meios de transporte coletivo são escassos e lentos por falta de vias dedicadas e do trânsito excessivo e as obras de requalificação das ruas não

*Handwritten signature and initials: "M. J. P. C.B. 17"*

têm sequer em consideração a colocação de vias dedicadas à mobilidade suave e continuamos a constatar a inércia dos executivos locais face a este flagelo.

É por isso que consideramos urgente pensar, planear e preparar as cidades para o séc. XXI e implementar as mudanças necessárias para que a mobilidade suave nas cidades seja uma realidade predominante e que seja segura.

Para que o centro do Porto seja o peão da mudança em matéria de mobilidade suave e pela saúde e segurança de todas e todos nós, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Cedofeita, St. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em sessão ordinária, no dia 18 de ~~1~~ de 2023, vem por este meio instar a Junta de Freguesia a apresentar ao executivo municipal as seguintes medidas:

- maior fiscalização das bicicletas e trotinetes elétricas na via pública, nomeadamente a verificação das respectivas condições de segurança e da correta utilização destes veículos;
- a implementação de uma estratégia para a diminuição do trânsito automóvel na cidade, nomeadamente através da criação de mais Zonas de de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC) e a implementação de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER) no centro da cidade;
- a criação de um plano de replanificação das vias de circulação, em especial no centro da cidade, para a inclusão de vias dedicadas à mobilidade suave e aos meios de transporte públicos coletivos;

**A representante do Partido Pessoas - Animais - Natureza**

Natacha Meunier



## 1 - Regimento

Estamos nesta sala a debater opiniões e posições diferentes porque houve uma Revolução que instaurou um regime democrático, baseado numa Constituição que assegura iguais direitos a todos os cidadãos, bem como o de eleger representantes em todos os órgãos de Poder, nomeadamente naqueles que lhes estão mais próximos como é o caso dos das Freguesias.

Para que tal direito seja adequadamente exercido importa definir regras que, balizadas na legislação, assegurem a mais ampla possibilidade de cada um apresentar adequadamente as suas propostas e posições, sem tentar limitar artificialmente a participação de todos na coisa pública.

A CDU congratula-se pelo facto de ter sido possível que em Comissão integrando todas as forças políticas representadas na Assembleia e de forma tranquila tivesse sido possível rever o Regimento de forma a melhorá-lo e adaptá-lo melhor à realidade actual, acolhendo a larga diversidade de posições e melhorando a forma de funcionamento deste que é o supremo órgão representativo dos habitantes da Freguesia.

Naturalmente, em futuros mandatos haverá eventualmente a necessidade de efectuar novas revisões. Esperamos que o espírito que presidiu a esta permaneça vivo nessa altura.

A CDU irá pois votar favoravelmente esta proposta.

Pel'A CDU,

(João Gonçalves)

(Vítor Vieira)



*Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H. P. V.' and 'C. B. M.'.*

## 2 - Regulamento de Transmissões das Sessões

A CDU entende que é do interesse público que sejam conhecidas as posições e propostas de cada força política e que cada eleitor, mesmo que não possa deslocar-se a esta sala, possa conhecer o que se passa no órgão que o representa enquanto habitante da União de Freguesias.

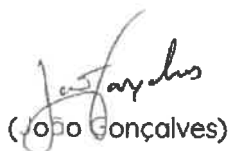
Naturalmente, há riscos envolvidos na decisão de transmitir as sessões em video, como por vezes se tem verificado em outros órgãos, com relevo para a Assembleia da República.

Mas a Democracia exige Transparência. Exige debate. Exige respeito pelas posições de cada um. E o alargamento da audiência - mesmo quando se trata de questões que possam ser consideradas menos interessantes - é sempre útil para que cada um assuma uma posição informada.

Neste documento procurou-se também, por outro lado, proteger a privacidade de quem, não sendo membro da Assembleia, possa necessitar de aqui intervir sem se expor mais do que o estritamente necessário. É um dever que nos obriga a todos e que nos parece ficar assim cumprido.

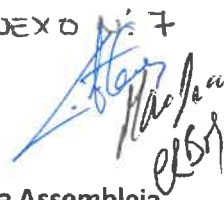
A CDU irá assim votar também favoravelmente esta proposta.

Pel'A CDU,

  
(João Gonçalves)

  
(Vítor Vieira)

## Assembleia de Freguesia Ordinária de 18 de abril de 2023.



**Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia,**

A Mesa da Assembleia gostaria de evidenciar algumas notas após a aprovação do **Regimento da Assembleia de Freguesia** e do **Regulamento de Captação e Transmissão das Reuniões** da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória. **Documentos que vão ficar publicados/alojados no site da UF.**

As primeiras palavras são para **felicitar e enaltecer o trabalho da Comissão de Revisão do Regimento**; individualmente, a cada um dos seus membros: Abílio Santos e Sandra Mondim do PS, Vítor Vieira da CDU, Natacha Meunier do PAN, Teresa Martins do BE, Gianpiero Zignoni do AHP – RM, Tiago Moutinho do PSD e pelo acompanhamento do 1º Secretário da Mesa, Mário Praça; Felicitações (estas) que estendo, a todos os Membros da Assembleia; uma vez que este trabalho também foi possível, graças a articulação que esta comissão teve com os membros das respetivas bancadas a que pertencem na assembleia.

A propósito das reuniões desta Comissão (*creio que 16, no seu todo, maioritariamente presenciais e algumas online*); permitam-me ainda a oportunidade de salientar que, **o trabalho desta Comissão, decorreu sempre**, em ambiente de grande elevação, urbanidade e cordialidade entre todos e no respeito democrático da pluralidade de opinião e com o objetivo de melhor servir os interesses da nossa Freguesia.

Em segundo lugar, **sublinho algumas alterações ou introduções** no novo regimento que considero relevantes, nomeadamente, a possibilidade de a intervenção do Público ser efetuada no início da sessão e não no final (como era no anterior regimento) e a regulamentação das captações e transmissão de imagem e som das sessões, permitindo, de forma regulamentada e salvaguardando os diferentes interesses e o RGPD que as sessões da assembleia possam chegar (“sem comentários”) a um maior número de cidadãos, Entre outras alterações/introduções de relevância (*para não me alongar...*);

Por último, aproveito a ocasião para referir um dos assuntos abordados nos trabalhos desta comissão e que tem a ver com os **tempos de uso da palavra** pelos membros da Assembleia de Freguesia;

**Foi de aceitação generalizada** dos membros da Comissão de Revisão e pela mesa que as intervenções dos membros da assembleia, sem descurar a transmissão do seu pensamento ideológico e político, deveriam procurar ser menos extensas, mais sintetizadas ou objetivas... como aliás, podem aferir pelas extensas atas aprovadas de assembleia e publicadas no site da UF;

**Optou-se** por não incluir no Regimento a regra de tempo do uso da palavra, por forma a não cercear ou restringir o pensamento político. E que, a mesa deveria gerir com “bom senso” a distribuição dos tempos, em concordância com as bancadas através dos seus líderes, como aliás, tem sido prática corrente;

**Importa referir neste contexto**, que a mesa, tudo fará, para que o “bom senso” exista e que seja cumprido. Embora, não seja defensor do cumprimento rigoroso do “relógio” no uso da palavra, a mesa não se exime da sua responsabilidade. Assim, para que tal se verifique e/ou seja minimamente cumprido, procurará no novo regimento, ter presente, o compromisso de síntese das intervenções das bancadas que foi assumido. **Dito isto**, a mesa vai procurar o “bom senso temporal das intervenções”, no respeito pelo limite temporal da representatividade política/eleitoral que cada uma das bancadas assume na assembleia de freguesia.

Por outras palavras, vamos estar mais “atentos ao relógio”!

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

(Ernesto Galego)